ISSN 2359-3814

Meta de governo de Mendanha é atrair 100 mil novas empresas e gerar 250 mil empregos

PÁGINA 02

Gazeta do Estado

Sexta-feira
Goiânia, 23 de setembro de 2022
Ano 17 - Edição 5113
R$ 1

gazetadoestado.com.br · gazetadoestado · 62 3249-8883 · www.gazetadoestado.com.br

SABATINA/ELEIÇÕES 2022

"Lutarei para voltarmos com o programa Cheque Reforma e Cheque Construção", disse o candidato a Deputado Estadual Willian Panda

Panda está no seu segundo mandato como vereador em Aparecida de Goiânia. Foi eleito e reeleito como um dos parlamentares com mais números de votos. Foi secretário municipal de Habitação e sempre esteve ao lado dos mais humildes e das pessoas que vivem em vulnerabilidade social PÁGINAS 02

ELEIÇÕES 2022

"Nosso principal objetivo é derrotar o Bolsonaro", disse o Vice-Candidato ao Governo de Goiás, Edson Braz

A TV Gazeta iniciou uma rodada de sabatinas com os Vice-Candidatos ao Governo de Goiás. Edson Braz da Silva nasceu em 02 de janeiro de 1959, no Rio de Janeiro, tem 63 anos de idade. É Advogado, Subprocurador-Geral do Trabalho, Professor de Direito do Trabalho e candidato ao cargo de vice-governador pela Federação PSOL/REDE PÁGINAS 03

Prefeitos do Sul e do Sudeste declaram apoio a Marconi

PÁGINAS 04

Em sabatina à Rádio Canadá FM, de Britânia, Major Vitor Hugo afirma que vai rever o sistema de OSs em Goiás

PÁGINA 05

Lei contra "golpe do baú" é questionada na Justiça; ela proíbe regime de comunhão de bens para quem casa com mais de 70 anos

PÁGINA 06

TEMPO HOJE

Brasília — Máxima 30ºC Mínima 18ºC — Tendência Estável

Goiânia — Máxima 35ºC Mínima 21 ºC — Tendência Estável

Palmas — Máxima 36ºC Mínima 24ºC — Tendência Estável

SABATINA/ ELEIÇÕES 2022

"Lutarei para voltarmos com o programa Cheque Reforma e Cheque Construção", disse o candidato a Deputado Estadual Willian Panda

O candidato a Deputado Estadual foi lembrado pelos goianos na pesquisa GAZETA/VOGA, realizada entre os dias 25 e 29 de agosto de 2022

Helena Ribeiro - O programa Café com Prosa, apresentado por Renato Sobrinho, com a participação do comentarista político Eube Messias, sabatinou nesta quinta-feira, 22, o candidato a Deputado Estadual, Willian Panda (PSB). O candidato teve 15 minutos para responder às perguntas feitas pelo apresentador e pelo comentarista político. Ele aparece na pesquisa GAZETA/VOGA realizada entre os dias 25 e 29 de agosto de 2022, entre os mais lembrados nas intenções de voto (pesquisa espontânea).

Panda está no seu segundo mandato como vereador em Aparecida de Goiânia. Foi eleito e reeleito como um dos parlamentares com mais números de votos. Foi secretário municipal de Habitação e sempre esteve ao lado dos mais humildes e das pessoas que vivem em vulnerabilidade social. Com um mandato popular, ele esteve à frente dos principais projetos de moradia na cidade de Aparecida e ainda foi o responsável por criar o programa Aparecida Legal, de regularização fundiária no município. Decidiu se candidatar a deputado estadual porque quer levar os mesmos projetos e avanços que realizou em Aparecida de Goiânia para o Estado de Goiás.

Divulgação

Por que o eleitor deve votar em você para deputado?

"Tenho falado durante as carreatas 'chega dos poderosos', Aparecida tem que eleger alguém do povo. Acho que pela primeira vez, vamos ter oportunidade de eleger alguém, que de fato tem as políticas públicas que o povo precisa como instrumento, e alguém que não está ancorado no poder para vencer as eleições. Alguém que está lutando que está dependendo de fato da população. Acredito nos Aparecidenses, na nossa eleição, acho que ela é extremamente possível e quero acreditar que daqui 10 dias Aparecida de Goiânia vai eleger o Panda como Deputado", disse o candidato.

Como está sua candidatura/campanha?

"Nossa candidatura está bem, baseada em Aparecida, pelo trabalho que fizemos durante todo esse tempo, nós de fato esperamos um percentual de votação que faça a diferença para vencermos os nossos adversários dentro da chapa. Contamos muito com o voto da população de Aparecida, pelo histórico de trabalhos que fizemos pela cidade, como a luta pela moradia, pela educação pública municipal e com os servidores público", pontuou Panda.

Qual segmento e região você representa?

"Estamos juntos com os servidores públicos, pois estou do lado dos servidores em todos os momentos e votações, durante todo mandato impulsionei ao lado dos servidores de uma forma construtiva para poder buscar soluções e montar uma mesa de diálogo com o poder executivo e resolver os problemas. Estamos em 62 cidades, tenho experiências políticas há algum tempo, ajudei a construir alguns partidos a nível de estado, tenho muitas amizades no estado, e hoje posso dizer que tenho apoio do Presidente da Câmara de Goianira, do Vereador Marcão, e de muitos Suplentes de Senador Canedo", respondeu o sabatinado.

Caso seja eleito, qual será seu primeiro projeto?

"O primeiro projeto de lei que irei apresentar e para que tentamos aprovar a volta do programa do 'Cheque Reforma/Cheque Construção', porque moradia, não é só entregar a casa pronta e sim ajudar a pessoa ter uma moradia de fato digna. Tenho rodado por Aparecida e em cima do carro de som, conseguimos ver casas totalmente inacabadas, sem telhados, sem banheiros, vejo muito, privadas externas. Não basta apenas ter um lugar para morar, as pessoas têm que morar com dignidade. Vou lutar também para mudarmos o programa Habitacional do Estado, pois é um programa insuficiente", finalizou Panda.

SOBRE A PESQUISA GAZETA/VOGA

Foram 807 eleitores entrevistados, sendo estratificado por sexo, faixa etária, grau de escolaridade, nível econômico e posição geográfica. O grau de confiança é 95% com margem de erro de 3,5% para mais ou menos. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral protocolizada sob o nº BR-02749/2022 e no Tribunal Regional Eleitoral sob o nº GO-06359/2022.

A modalidade de pesquisa adotada envolveu a técnica de survey, que consiste na aplicação de questionários estruturados e padronizados a uma amostra representativa do universo que abrange os eleitores do Estado de Goiás. A pesquisa completa está no portal do Jornal Gazeta do Estado: www.gazetadoestado.com.br

SABATINA/ ELEIÇÕES 2022

“Nosso principal objetivo é derrotar o Bolsonaro”, disse o Vice-Candidato ao Governo de Goiás, Edson Braz

Edson é vice-governador na chapa de Cintia Dias (PSOL), Candidata ao Governo de Goiás

Divulgação

Helena Ribeiro - A TV Gazeta iniciou uma rodada de sabatinas com os Vice-Candidatos ao Governo de Goiás. O candidato a ser sabatinado no Jornal da Gazeta-Edição do Almoço, desta quinta-feira, 22, foi o vice-governador, Edson Braz (PSOL/REDE). Ele teve 25 minutos para responder às perguntas feitas pelo apresentador Thiago Mendes. Edson é vice de Cintia Dias, candidata ao governo de Goiás também do Psol.

Edson Braz da Silva nasceu em 02 de janeiro de 1959, no Rio de Janeiro, tem 63 anos de idade. É Advogado, Subprocurador-Geral do Trabalho, Professor de Direito do Trabalho e candidato ao cargo de vice-governador pela Federação PSOL/REDE.

Como está sendo a campanha ?

“A energia da campanha está boa! As pessoas estão entusiasmadas. Nós temos as dificuldades naturais de partido que não tem os recursos que os outros têm. Então, a Rede tem uma disponibilidade no Estado de Goiás de 150 mil, o Psol com 234 e isso não se compara às outras candidaturas milionárias acima de 6 milhões. Mas, isso não faz com que a gente perca o entusiasmo. Sabemos da dificuldade, mas, acreditamos na capacidade, na inteligência do eleitor de saber separar o que é quase um abuso do poder econômico em razão da diferença de recurso de cada um, é o que é realmente uma campanha próxima ao povo, sincera é que quer conquistar os votos com ideologias e propostas”, disse o candidato.

Como está sendo a experiência de disputar a eleição para o Governo com pouco recurso?

“É bastante difícil, inclusive em uma campanha estadual, nós iríamos precisar de deslocamento, e não temos o helicóptero a máquina do governo, para sairmos tem que ser dentro do nosso próprio carro ou de carona. As coisas são assim, bem rústicas, bem improvisadas e isso nos deixa em uma grande desvantagem. Existe uma cultura na população, que acha que se a cidade não foi visitada, é porque o candidato não deu importância para aquela cidade. Porém, a verdade não é essa, muita das vezes é materialmente impossível visitar aquela cidade, ai vamos administrando essa falta de recursos para que tenhamos o melhor resultado possivel”, respondeu Edson.

Está havendo uma grande falta de proposta nesta eleição, você também enxerga assim? Como estão as propostas de vocês?

“Temos propostas registradas inclusive no TRE, porém o nosso tempo de televisão, a ocupação de mídia é mínimo então, fica difícil a especificação das propostas, o detalhamento. Nossa prioridade é a educação, pois a educação é o que faz a população pobre, quebrar essa linha da pobreza e ter a chance de progredir socialmente, a saúde, a segurança pública, transporte e moradia e principalmente nesses dias terríveis a alimentação. A população brasileira entrou no quadro grave de fome e Goiás não fugiu dessa linha, apesar de ser um estado extremamente rico”, pontuou o sabatinado.

A Rede Psol apoia o Lula, mas o candidato à presidência, disse que o candidato dele é o Wolmir Amado, isso incomoda vocês?

“O problema é que a Rede é um partido de ideologia, o Psol também. Outros partidos usam um termo chamado pragmatismo para explicar o inexplicável que são as coligações. Então, o Psol a Rede quis participar de uma frente ampla de esquerda do Estado de Goiás porém, alguns partidos, tinha como opção a coligação com o José Eliton, Marconi e essas opções são compatíveis com a ideologia do Psol e da Rede. Por isso, decidimos ter uma candidatura própria, bem definida nas opções em favor da sociedade, e o Lula diz isso, está na campanha' O meu candidato e o Wolmir', mas, isso não nos incomoda porque, o nosso principal objetivo é derrotar o Bolsonaro, o bolsonarismo se implantou como uma praga de gafanhotos no Brasil, tirando o respeito às pessoas, esse sistema político do Bolsonaro libertou o que havia de pior no mundo, as pessoas estão achando que qualquer discussão passa pela eliminação do contrário. Nós da rede nós chamamos de pessoas de Luta e Paz”, finalizou o candidato.

A TV Gazeta realizou uma série de sabatinas com os candidatos que estão disputando os cargos de deputado estadual, federal, senador, governador e presidente. As sabatinas seguiu os critérios do mais lembrados na última pesquisa Gazeta/Voga. E nesta semana a TV Gazeta começou a sabatinar os vice-candidatos ao governo de Goiás. As sabatinas ficam disponíveis nas redes sociais da emissora: gazetaplay.

Meta de governo de Mendanha é atrair 100 mil novas empresas e gerar 250 mil empregos

Da Redação-Reconhecido pelo trabalho que contribuiu com a industrialização de Aparecida de Goiânia, Gustavo Mendanha (Patriota) projeta agora a atração de cem mil novas empresas para o Estado, com criação de 250 mil empregos, caso seja eleito governador de Goiás, com foco no desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda.

Para isso, a estratégia de seu plano de governo passa pela criação de um ambiente de negócio favorável, com capacitação profissional, desburocratização das linhas de crédito e acesso às informações.

Mendanha conta ainda com o diálogo como um fator determinante para a segurança jurídica para o setor produtivo que gera empregos e renda.

"O setor produtivo será nosso grande parceiro em busca do desenvolvimento do nosso Estado. Vamos recuperar o tempo perdido nestes últimos três anos em que perdemos em competitividade e deixamos de receber empresas. Há quantos anos não vem uma grande indústria pra cá? Vamos mudar isso!", afirma Mendanha.

Um dos triunfos da gestão do ex-prefeito de Aparecida foi ter dobrado a quantidade de CNPJs ativos de 35 mil para quase 70 mil entre pequenos, médios e grandes empreendedores. Os empresários e industrialistas contam com 7 polos empresariais, e hoje já é consolidada como grande formadora de novos negócios.

No plano de gestão da coligação Estado Inteligente está previsto a instalação do distrito tecnológico de Anápolis e o Parque Tecnológico de Jataí.

Outro compromisso é a implantação de unidades da Casa do Empreendedor em todas as regiões goianas. Esse tipo de serviço também já existe em Aparecida, oferecendo serviços e facilidades para fomentar a criação de micro e pequenas empresas.

Prefeitos do Sul e do Sudeste declaram apoio a Marconi

Durante agenda de campanha pelas regiões Sudeste e Sul do estado, na terça-feira, 20/09, e na quarta-feira, 21/09, o candidato ao Senado, Marconi Perillo (PSDB 456), recebeu a adesão à sua candidatura de lideranças e prefeitos de importantes municípios, durante carreatas e visitas às prefeituras. Os apoios reforçam a força política do tucano na reta final da campanha. Marconi estava acompanhado pelo segundo suplente na sua chapa, o empresário Marcos Ermírio de Moraes, e pelo deputado estadual Gustavo Sebba (PSDB), que concorre à reeleição.

O prefeito de Buriti Alegre, André Chaves (MDB), conhecido como Dedé Chaves, participou, na quarta-feira, 21/09, de carreata liderada por Marconi Perillo (PSDB 456), que percorreu as ruas da cidade, ao lado de outras lideranças, como o prefeito de Morrinhos, Joaquim Guilherme (PSDB). Dedé disse que apoia Marconi pela história do ex-governador. "Por tudo o que ele já fez por Buriti Alegre e por Goiás. Sempre fui muito bem atendido, mesmo sendo do MDB. Nunca fechou as portas para Buriti Alegre. Muita gratidão", disse, apontando o perfil municipalista de Marconi. "Goiás só tem a ganhar com ele no Senado Federal", afirmou.

O ex-prefeito Marco Aurélio Naves (PL) estava na carreata de Marconi, ao lado da deputada federal Magda Mofatto (PL), candidata à reeleição, e disse que está com o ex-governador "porque ele fez muito por Buriti Alegre. Quando eu estava na prefeitura, ele foi um parceiro. Ajudou muito a gente. E ajuda outros municípios. Ele é muito importante para o Senado, vai ser um senador municipalista".

Também na quarta-feira, declarou apoio a Marconi o prefeito de Corumbaíba, Sebastião Rodrigues Gomes Filho, o Rodrigo Cebola (Podemos). O anúncio foi feito na sede da prefeitura e contou também com a presença do ex-prefeito Romário Vieira da Rocha (Podemos) e de vereadores. "Estamos aqui agora com o nosso futuro senador, com nosso grupo, declarando apoio a quem realmente já trabalhou, e trabalhou muito, por Corumbaíba. Vamos unidos, juntos, rumo à vitória", disse o prefeito.

O ex-prefeito Romário ressaltou o trabalho de Marconi na região. "Estou muito feliz. O nosso grupo político, encabeçado pelo nosso prefeito Rodrigo Cebola, os nossos vereadores, abraçou a candidatura de Marconi ao Senado", disse. "Ele foi um grande governador, fez muito pela nossa região. Na nossa cidade tem muitas obras dele. E nós precisamos do Marconi no Senado Federal", afirmou.

Em Ouvidor, na terça-feira, 20/09, o prefeito Cebinha Nascimento (MDB) e muitos apoiadores recepcionaram Marconi, deputado Gustavo Sebba e o ex-prefeito João César (PSDB) em frente à prefeitura e disse que foi uma alegria recebê-los, se referindo ao tucano como "um grande governador do estado de Goiás". Ao declarar seu apoio, o prefeito disse: "Não poderia ser diferente. Estamos aqui, de braços abertos, para receber este grande companheiro", afirmou. Em discurso, Cebinha disse que Marconi fez muito pelo estado e "quer o bem do povo goiano, e nós precisamos de políticos assim".

O ex-prefeito João César, ao participar da carreata de Marconi, disse que ele foi "o melhor governador que já passou por aqui". Segundo ele, "o reconhecimento do povo de Ouvidor não é em vão. É pelo trabalho (dele)", disse.

Valéria Perillo é recebida com flores em carreata de Guapó

A ex-primeira-dama capitaneou uma série de carretas nesta quarta-feira (21/09) pela região do Centro Goiano por cinco cidades. Em Guapó, a população prestou homenagem e prefeito garantiu apoio ao projeto de Marconi para o Senado

Nesta quarta-feira (21/09), a ex-primeira-dama de Goiás, Valéria Perillo, liderou uma série de carretas por cinco municípios da região do Centro Goiano. A caravana de Valéria passou por Aragoiânia, Guapó, Varjão, Abadia de Goiás e Caldazinha. Lideranças locais e população foram muito receptivas com a passagem da esposa de Marconi e prestaram homenagens.

O prefeito de Guapó, Colemar Cardoso (PSDB), falou da felicidade em receber a carreata na cidade e da gratidão pelos serviços prestados pelo ex-governador. "Quero agradecer a presença da Valéria, ex-primeira-dama e futura esposa do senador Marconi. Marconi, quero te agradecer por tudo que você fez pela cidade de Guapó e por tudo que você fez pelo estado de Goiás", declarou.

Na rua Rodolfo Tavares, moradores prestaram homenagem para Valéria Perillo e lançaram uma chuva de pétalas de rosas pela sacada de uma casa. Também entregaram algumas rosas como forma de agradecimento pelos serviços prestados. Ainda em Guapó, duas moradoras saíram nas portas de suas casas para falar com Valéria. Dona Raimunda, com 77 anos, exibia uma foto com Marconi e o prefeito Colemar. Divina, 65 anos, fez questão de mostrar um cartaz da primeira campanha de Marconi para o governo, de 1998, que guarda como lembrança. "Eu amo o Marconi, sou muito grata por tudo que ele fez", reforçou.

Em Aragoiânia, o presidente da Câmara da cidade, Rony Gago (PSDB), reafirmou seu compromisso com o tucano. "Aragoiânia está com Marconi. Obrigada por tudo que vocês fizeram por nossa cidade, Marconi e Valéria. Contem com a gente!". O vereador Rafael Teixeira (PMDB) também falou da história de compromissos de Marconi. "Caldazinha não irá lhe faltar, senador. Nós devemos muito a você. A Bolsa Universitária, as casas populares, os vários programas sociais têm a sua marca, o seu legado aqui na nossa cidade", lembrou. O candidato a deputado estadual, Júnior Pinheiro (PSDB), acompanhou Valéria em todas o trajeto pelas cinco cidades.

Ascom

Em sabatina à Rádio Canadá FM, de Britânia, Major Vitor Hugo afirma que vai rever o sistema de OSs em Goiás

O candidato ao governo de Goiás, Major Vitor Hugo, falou sobre o escândalo de corrupção das OSs do governo Caiado e discorreu sobre os principais eixos do seu plano de governo

Divulgação

Ascom - Sabatinado pelo radialista Apollo Ventura na manhã desta quinta, 22, Major Vitor Hugo discorreu, com profundidade, sobre as principais propostas do seu plano de governo para Goiás nas áreas de saúde, educação, agropecuária, segurança pública, planejamento e gestão administrativa. Para os ouvintes da Rádio Canadá, o candidato ao governo de Goiás pelo PL também fez referência à Operação Eclesiastes, da Polícia Civil, sobre a corrupção no sistema de OSs na saúde.

O plano de governo de Major Vitor Hugo elenca 16 eixos de ação para a transformação da administração pública de Goiás, com protagonismo para a saúde. Para ele, o atual sistema de Organizações Sociais (OSs) para o setor é um meio de promover a corrupção e a má administração, o que tem acontecido no governo Caiado. "Nós queremos rever o sistema das OSs que hoje administram os nossos hospitais públicos. Você vê o escândalo de corrupção do governo Caiado, envolvendo quase R$ 60 milhões. Após a realização da Operação Eclesiastes, o governador cancelou o contrato com essa OS, mas ele poderia ter prevenido isso", apontou Major Vitor Hugo.

A chamada "Operação Eclesiastes" foi deflagrada pela Polícia Civil e investiga o direcionamento de licitação para contratação de OSs. A operação cumpriu 52 mandados contra empresários, servidores públicos e funcionários de empresas particulares, e contabilizou mais de 20 mil páginas do inquérito, aberto em 2020.

Ainda no tema saúde, o candidato disse que quer criar hospitais do futuro, incrementando as seis policlínicas já existentes no estado, destinando 6 milhões de reais para cada uma; ampliar parcerias com o governo federal; criar um centro de referência pediátrico; e melhorar a regulação de acesso ao serviço da saúde, para mudar, rapidamente, a realidade da saúde de Goiás. Para tanto, ele assegurou que, no seu mandato, vai escolher o "melhor médico para assumir a Secretaria da Saúde".

Na educação, o candidato pretende valorizar os professores não só pela questão salarial, e os alunos não só no aspecto intelectual, mas pelo desempenho. O radialista Apollo Ventura perguntou se o Major Vitor Hugo poderia criar uma escola militar para Britânia. "Poderia sim. Eu vou colocar um colégio militar em Britânia e em todas as cidades de Goiás que quiserem", respondeu. Ainda na área de educação, o candidato disse que quer trazer um colégio militar do Exército para Goiânia ou Aparecida, focado no ensino técnico profissional, para fornecer mão de obra para o comércio, a indústria e para o agro.

Para o fomento da agricultura, pecuária e abastecimento, Major Vitor Hugo pretende apoiar os empreendedores rurais na concessão de crédito, e também por meio de desenvolvimento da infraestrutura no estado e do acesso à tecnologia. Ele frisou ainda que vai apoiar empreendedores da agroindústria, com o intuito de agregar valor aos produtos. "Em vez de vender o grão, a soja em si, vamos vender o óleo de soja, vamos colocar as indústrias próprias dos produtores rurais para baratear os produtos, para que eles possam vender para alguém mais próximo", afirma. O candidato complementou que vai diminuir os impostos e simplificar as normas que dificultem a vida dos empreendedores do agronegócio.

Na entrevista, Major Vitor Hugo teceu duras críticas ao governador Ronaldo Caiado. Afirmou que ele traiu o presidente Bolsonaro, vislumbrando a possibilidade de tirá-lo do poder; lembrando ainda o episódio em que Caiado, com o dedo em riste, apontou para todos, dizendo "não preciso do seu voto". O candidato recordou também que o atual governador levou o Mandetta para dentro do Palácio das Esmeraldas no auge da crise e disse que as ordens do presidente não seriam cumpridas em solo goiano, chamando o presidente de ignorante.

Major Vitor Hugo afirma ainda, na sabatina, que Caiado tem surfado na onda de prestígio de Bolsonaro. "Ele surfa na questão do ICMS e também com a redução dos índices de criminalidade em Goiás, que baixaram por causa das ações do presidente Bolsonaro. Se você quer saber a real situação da segurança pública em Goiás, converse com os profissionais da segurança pública: o militar, o civil, o bombeiro, o agente técnico-científico — todos estão muito descontentes com a forma como têm sido tratados pelo atual governador".

GESTÃO

Por ter montado uma chapa pura, sem coligação com outros partidos, Major Vitor Hugo afirma que vai ter liberdade para montar um time de gestores administrativos técnicos. Assim, ele poderá escolher os melhores representantes de cada área para assumir as secretarias, ao contrário de seus opositores, que apostaram em coligações. "Imagina o quanto eles (demais candidatos ao governo), hoje, serão dependentes na montagem de um eventual governo deles [...] E quem se torna refém é a população".

Em relação à política para as mulheres, Major Vitor Hugo ressaltou que seu plano de governo se concentra em três eixos principais: a promoção da igualdade de funções e remuneração; a promoção da liderança, para que elas ocupem lugares importantes no poder público; e o combate à violência contra a mulher. "Eu comecei pela escolha de uma mulher para ser a minha vice, a pastora Keila Borges, do entorno de Brasília, na região de Águas Lindas. Já a primeira suplente do nosso candidato ao Senado, Wilder Morais, é a missionária Izaura Cardoso, esposa do senador Vanderlan Cardoso", acrescentou.

Ao final da entrevista, o candidato respondeu a mais duas perguntas: a primeira, sobre um desvio de água do Rio Vermelho, que prejudica Britânia por ser um importante polo de irrigação da região. Na segunda, no quesito educação, foi perguntado se o8 candidato se comprometeria a instalar computadores nas escolas do município. O candidato se comprometeu a resolver os dois problemas.

ADI

Lei contra "golpe do baú" é questionada na Justiça; ela proíbe regime de comunhão de bens para quem casa com mais de 70 anos

O processo pode ter seu julgamento iniciado ainda nesse trimestre, sendo reconhecida já pelo Relator, Ministro Roberto Barroso, a repercussão geral do caso

Fotos: divulgação

Chegou ao Supremo Tribunal Federal, órgão máximo de julgamentos de processos judiciais do Brasil que discutem questões constitucionais, ação que discute um dos temas atuais mais intrigantes entre questões de Direito de Família: se a lei que obriga pessoas de mais de 70 anos a se casarem em regime de separação de bens é constitucional. O processo pode ter seu julgamento iniciado ainda nesse trimestre, sendo reconhecida já pelo Relator, Ministro Roberto Barroso, a repercussão geral do caso.

A regra dos septuagenários foi instituída no ano 2010, alterando o Código Civil de 2002, para prevenir o que se convencionou chamar de "golpe do baú" — expressão pejorativa, de cunho machista, usada para definir quando uma mulher se casa com um homem mais velho com o intuito de ficar com sua herança. A ideia era, para além de supostamente proteger o patrimônio da pessoa idosa, também preservar a herança dos filhos, mas a norma passou a ser questionada e foi parar na corte.

O caso que chegou ao STF e poderá ter reconhecida sua repercussão geral — ou seja, indicar decisões futuras sobre episódios semelhantes — ocorreu na cidade de Bauru, no interior de São Paulo. Trata-se de um casal composto por um homem e uma mulher que mantiveram uma união estável de 2002 a 2014, ano em que ele morreu. À época, a primeira instância reconheceu a mulher como herdeira, mas ela acabou perdendo o processo quando os filhos do marido recorreram ao Tribunal de Justiça de São Paulo. Lá aplicou-se o regime de separação de bens, uma vez que ele já tinha mais de 70 anos quando a relação foi selada. Na peregrinação por Justiça, o caso foi parar no Superior Tribunal de Justiça e, agora, no STF.

Segundo a advogada Marilia Golfieri Angella, sócia-fundadora do Marília Golfieri Angella – Advocacia Familiar e Social, especialista em Direito de Família, Gênero e Infância e Juventude, mestranda em Processo Civil pela Faculdade de Direito da USP e professora colaboradora do FGV Law, a discussão extrapola a questão da proteção do patrimônio. Para ela, esse debate precisa ser feito do ponto vista da autonomia da pessoa idosa.

O próprio Estatuto da Pessoa Idosa foi alterado em julho deste ano para a substituição as palavras "idoso" ou "idosos" por "pessoa idosa" ou "pessoas idosas", respectivamente. "As recentes discussões a respeito deste caso em julgamento no STF caminham no mesmo sentido daquelas destinadas ao estudo da dignidade humana da pessoa idosa e da necessidade de garantia de maior respeito e autonomia dessa parcela da população", afirma.

"A discussão sobre a alteração do termo 'idoso' foi iniciada a partir do Projeto de Lei 72/2018 tendo em vista a necessidade de adequação da terminologia em respeito à luta das pessoas idosas, assim como ocorre com as pessoas com deficiência, que também vêm encontrando respaldo na legislação para serem mais valorizadas a partir de um tratamento adequado, sem preconceitos e rotulações, promovendo inclusão social e criação de políticas públicas protetivas, também destinadas a uma maior participação comunitária", comenta Marilia Golfieri Angella.

De acordo com a especialista no tema, quando a lei presume, de forma indistinta, a absoluta incapacidade das pessoas maiores de 70 para decidir sobre o regime patrimonial aplicável às suas uniões familiares, sejam elas através do casamento formal ou da mera união estável, "a regra afronta diretamente a autonomia destas pessoas, ocorrendo um esvaziamento da capacidade natural de decidir sobre os atos mais banais da vida civil supostamente em prol da proteção patrimonial".

"Em verdade, a norma que buscava promover a proteção patrimonial da pessoa, quiçá de uma possível herança, age em desfavor da autonomia e do respeito da vontade da pessoa idosa, ainda mais atualmente, com o avanço dos pactos sociais e da medicina, que promovem aumento da expectativa de vida e fazendo com que pessoas com setenta anos ainda estejam completamente ativas e plenamente conscientes de seus atos", analisa.

Como ocorre no caso posto em julgamento pelo STF, o casal de idosos viveu por mais de 10 anos junto e, a partir do momento da morte do marido, seus filhos começaram a discussão contra a companheira com finalidade puramente patrimonial. "O que acaba acontecendo é justamente como no caso do STF: a companheira cuida no final da vida, muitas vezes assumindo importante função de cuidado e, após a morte, os filhos deixam-na sem nada", completa.

Sobre a necessidade de se observar o caso também por um viés de gênero, Marília explica que "há desrespeito não só ao que o pai provavelmente desejaria em vida, que seria a proteção de sua companheira, mas possível desrespeito à dignidade desta mulher, que sofre o luto e enfrenta uma nova disputa contra a família. Há discriminação etária, ante o desrespeito da vontade do pai, e de gênero, a qual precisa ser analisada adequadamente pela sociedade, pelo Legislativo e pelo Poder Judiciário a partir da ótica do novo Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, lançado pelo CNJ recentemente".

Com informações de Rota Jurídica

REGISTRATO

Sistema de consulta a dados financeiros do cidadão mudará a partir de fevereiro de 2023

Sistema do Banco Central (BC) de consulta a dados financeiros do cidadão, o Registrato mudará a forma de acesso em 1º fevereiro de 2023. A partir desta data, o sistema será acessado apenas pelo Portal Gov.br.

A mudança consta de circular editada hoje (14) pelo BC. Em nota, o banco informou que o acesso só será alterado em fevereiro para permitir que os cidadãos que ainda não abriram uma conta no Portal Gov.br possam criar o login.

O cadastro na conta gov.br é gratuito e pode ser feito a qualquer momento, de forma rápida e simples, nesta página. O login permite o acesso ao portal, tanto por computador quanto por dispositivos móveis.

Segundo o BC, a maioria dos usuários prefere usar a conta.gov.br para acessar os serviços do órgão oferecidos no portal único, mesmo quando existem outras opções. O login único foi usado em 97% dos acessos ao Fale Conosco, em 94% para o Protocolo Digital e 82% no caso do Registro Declaratório Eletrônico – Investimento Estrangeiro Direto.

Por meio do Registrato, o cidadão pode consultar informações gratuitas sobre dívidas com bancos e órgãos públicos, cheques devolvidos, contas, chaves Pix e operações de câmbio. O sistema permite, por exemplo, verificar se o CPF foi usado por terceiros.

Com iformações da ABr

PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA

Processos criminais em andamento não geram antecedentes, entende STJ ao julgar caso de Goiás

Ao acatar pedido da Defensoria Pública de Goiás (DPE-GO), a ministra ressaltou o TJGO, ao negar a incidência do sursis penal, apenas ressaltou que o paciente não possui bons antecedentes

Divulgação

DA REDAÇÃO - A existência de inquéritos ou ações penais em curso não autoriza o indeferimento da suspensão condicional da pena. Com esse entendimento, a ministra do Laurita Vaz, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), concedeu habeas corpus para determinar a suspensão da pena de um homem que foi condenado a oito meses de detenção.

O pedido havia sido negado pelo Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) sob o fundamento de que o homem em questão tem em seu desfavor outros procedimentos em curso. A ministra Laurita Vaz reconheceu a ilegalidade da fundamentação e determinou a aplicação da suspensão da pena, devendo, esta, ser estabelecida pelo juízo estadual.

Ao acatar pedido da Defensoria Pública de Goiás (DPE-GO), a ministra ressaltou o TJGO, ao negar a incidência do sursis penal, apenas ressaltou que o paciente não possui bons antecedentes. Porquanto "tem em seu desfavor diversos procedimentos em curso", o que evidencia a patente ilegalidade suscitada pela defesa.

O entendimento da ministra foi no sentido de que o princípio da presunção de inocência também se aplica ao artigo 77 do Código Penal, que dispõe sobre a suspensão da pena privativa de liberdade.

O Código Penal Brasileiro permite a suspensão da pena privativa de liberdade quando ela não for superior a 2 anos e a pessoa não ser reincidente. No caso em questão, o homem recebeu a pena oito meses por desacato a funcionário público no exercício da função e por se recusar a falar seus dados pessoais às autoridades policiais.

O defensor público Márcio Rosa Moreira, titular da 2ª Defensoria Pública de 2º Grau, defendeu que a justificativa da corte estadual viola o princípio da presunção da inocência, uma vez que o homem não possui nenhuma sentença com trânsito em julgado. Por esse motivo, recorreu no STJ a suspensão liminar dos efeitos da condenação e que, no mérito, seja reconhecida a incidência da suspensão de pena privativa.

COM INFORMAÇÕES DO DPE-GO

EM BRUXELAS

Gustavo Silvestre exibe filme “Por Dentro”

A obra é um dos destaque no International Dance film festival Brussels e retrata paisagens de Goiânia

Da redação - O diretor e bailarino Gustavo Silvestre desembarca neste mês em Bruxelas para participar do International Dance film festival Brussels, com apresentação do filme POR DENTRO. Trata-se de uma peça de videodança, onde diversos lugares de Goiânia, capital do Estado de Goiás, são promovidos e valorizados por meio da coreografia do intérprete-criador.

Além da apresentação do filme POR DENTRO, Silvestre também participa de um debate para falar sobre o processo de concepção e criação do filme e os aspectos urbanísticos e culturais da cidade de Goiânia, como uma forma de divulgar e promover a cidade para o mundo todo. A intenção do artista é mostrar uma “Goiânia nova, em constante crescimento, em potência de vida, que tem sua memória atravessada de grandes acontecimentos” e uma cidade diversa e complexa, “que atravessa meu corpo e minha arte”.

Silvestre afirma que recebeu o convite da organização do festival com muito entusiasmo e que por coincidência já estava com viagem marcada para Europa no mesmo período por conta de um outro trabalho que inicia a montagem e ensaios nos próximos dias.

Para o bailarino, o único brasileiro a compor a programação, a participação no evento é um “reconhecimento internacional e a prova de que estou no caminho certo. Não represento apenas eu enquanto artista, mas um coletivo, toda uma cidade, da qual me inspirou para sua criação. E agora apresento ela ao mundo.”

SOBRE O ARTISTA

Gustavo Silvestre é ator, bailarino, diretor e videomaker. Graduado em Artes Cênicas, atua na área de criação e direção de movimento há mais de 10 anos em companhias de grande representatividade no cenário nacional, como Cia Mário Nascimento, Cia de Dança Palácio das Artes e Quasar Cia de Dança. Atualmente graduando em Cinema e Audiovisual. O artista pesquisa uma linguagem híbrida entre corpo, dança e performance no cinema, desenvolvendo projetos que dialoguem com sua trajetória artística, com participação em importantes festivais nacionais e internacionais.

SOBRE O FILME POR DENTRO

Dentro de mim habitam lugares, desconhecidos e encantadores. Lugares que me fazem, me definem, lugares que me mapeiam. Dentro de mim há ruas, avenidas, praças, há em mim outras pessoas. Um corpo e uma cidade, um movimento que é atravessado, desvelado. Pelo corpo apresento uma cidade, Goiânia que se define em mim. Por dentro, lugares de encontro, se coabitam, eu sou a cidade, um corpo em movimento.

Teaser do filme POR DENTRO: https://youtu.be/pifMeOWJiC8

Gazeta Multiplataforma LTDA
CNPJ: 17.766.906/0001-14
Alameda do Contorno, 1508, Qd. 37, Lt. 05, Santo Antônio, CEP: 74.853-120, Goiânia-GO

DIRETOR PRESIDENTE
Adão dos Reis Gonçalves
adao@gazetadoestado.com.br

VICE PRESIDENTE
Nana Gonçalves
nana@gazetadoestado.com.br

COMERCIAL
Tel: (62) 3249-8883
comercial@gazetadoestado.com.br

PUBLICAÇÃO LEGAL
Tel: (62) 3249-8883
editais@gazetadoestado.com.br

REDAÇÃO
redacao@gazetadoestado.com.br

DISTRIBUIÇÃO
go@gazetadoestado.com.br
df@gazetadoestado.com.br

DIREÇÃO GRÁFICA
Érika Sandra

DIAGRAMAÇÃO
Gabriela Nunes

DIREÇÃO DE JORNALISMO
Adão Gonçalves
MTB 3719/GO

EDITOR DE REPORTAGEM
Eube Messias
MTB 3720/GO
eube.messias@gazetadoestado.com.br

CIÊNCIA

Como psicodélicos estão sendo usados no Brasil para aliviar o medo da morte em doenças graves

"A primeira sensação que eu tive foi a de negação", diz Juliana Esquerdo Rossetto Isliker, de 36 anos, sobre o resultado de uma biópsia que apontou o início de um câncer de mama, seis anos atrás. "Eu falei: 'Pô, ferrou, né?'."

Divulgação

ARQUIVO PESSOAL

Da redação - Em meio aos desafios e à turbulência da nova fase, Juliana resolveu passar por uma cerimônia com ayahuasca, um chá da tradição indígena sul-americana que leva a estados alterados da consciência.

A bebida é resultado da mistura de plantas diferentes e se popularizou no Brasil a partir das primeiras décadas do século 20 pelo grupo religioso Santo Daime.

Juliana conta que já tinha passado por duas experiências com ayahuasca. Na época, no entanto, havia considerado os cultos vivenciados anteriormente "sérios e rígidos" demais e muito associados ao cristianismo.

"Dessa vez eu fiz [o rito de ingestão] já sabendo da doença. Eu coloquei uma intenção específica. Tipo, eu quero cura. Quero entender o que está acontecendo comigo", afirma.

Moradora de Campinas (SP), a artesã explora um caminho que aos poucos vem ganhando espaço no Brasil: o uso de alucinógenos no enfrentamento de doenças graves.

Nos últimos anos, há um crescente número de pesquisas científicas a respeito de substâncias como a psilocibina encontrada em cogumelos, o DMT da ayahuasca e o anestésico cetamina (que não é um psicodélico clássico, mas também tem como efeito a alteração da consciência).

As descobertas, que indicam que tais propriedades podem aplacar sintomas de ansiedade, depressão e estresse pós-traumático, vêm entusiasmando as comunidades científica e médica.

Ao mesmo tempo, o novo cenário implica discussões importantes em torno da eventual popularização de componentes de fortes efeitos sobre o cérebro e cujo uso é ilegal no Brasil: com exceção da cetamina, as substâncias acima pertencem à lista F2, das consideradas ilícitas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com penas previstas na Lei Nacional de Drogas - que incluem prisão.

Mas há nuances. A ayahuasca, por exemplo, é autorizada para uso religioso, segundo resolução do Conselho Nacional de Política sobre Drogas (leia mais detalhes abaixo).

CUIDADO PARA DOENÇAS GRAVES

As possibilidades dos psicodélicos vêm interessando diferentes campos da Medicina. Um deles é o dos cuidados paliativos, que ampara portadores de doenças graves tanto em problemas físicos quanto em questões existenciais, como a finitude da vida.

Assim como ocorre com os psicodélicos, há uma dose razoável de desinformação sobre o tema. Em sessão da CPI da Covid no ano passado, parlamentares chegaram a comparar os cuidados paliativos com eutanásia.

Ana Cláudia Mesquita Garcia, enfermeira paliativista e professora na Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Alfenas, em Minas Gerais, diz que a própria ideia de que eles são voltados apenas para pacientes em fim de vida já foi modificada.

"A última definição da International Association for Hospice and Palliative Care [entidade mundial da área] cita sofrimentos relacionados à saúde, em especial aqueles no fim da vida. Mas, de forma geral, foca no bem-estar de pacientes de doenças graves e também de seus familiares e cuidadores", diz.

Milena dos Reis Bezerra de Souza, clínica-geral da equipe de cuidados paliativos do hospital AC Camargo Cancer Center, explica que a contribuição do profissional "é para o alívio do sofrimento". "Alguém que não está respirando direito não conversa. Alguém que está com dor tem dificuldade para fazer planos de vida."

A médica começou a investigar o potencial dos psicodélicos a partir da sugestão de seus pacientes.

"É como ser desafiada. A primeira coisa que fiz foi jogar de uma forma muito aberta. Disse: 'não conheço o assunto, mas eu vou te ouvir, vou estudar'. Primeiro, quero saber se não te prejudica. Depois, a gente define se pode ajudar no tratamento."

Ela não promove as sessões, mas auxilia os pacientes com câncer que desejam passar pela experiência a adequar seu tratamento, evitando interações medicamentosas e efeitos colaterais.

Ana Garcia, por sua vez, ficou intrigada com a possibilidade dos alucinógenos na sua área após ser convidada a avaliar um trabalho de conclusão de curso (TCC). Por falta de expertise à época, preferiu não participar da banca, mas começou a buscar informações sobre o tema.

Logo encontrou a tese de doutorado de Lucas de Oliveira Maia, pesquisador no Instituto do Cérebro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e na Cooperação Interdisciplinar para Pesquisa e Divulgação da Ayahuasca da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em São Paulo.

ESTAVA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Justiça paulista decreta falência do Grupo Itapemirim e indisponibilidade dos bens do presidente

O magistrado aponta que há indícios de "confusão patrimonial" entre a Itapemirim e a empresa Piva Consulting LTDA

Divulgação

Da redação - Decisão da Justiça de São Paulo decretou nessa quarta-feira (21) a falência do Grupo Itapemirim. A empresa está em recuperação judicial desde 2016 e deve cerca de R$ 253 milhões a credores, além de R$ 2,2 bilhões em tributos.

O juiz João de Oliveira Rodrigues, da 1ª Vara de Recuperação Judicial de São Paulo, determinou a indisponibilidade dos bens e arresto de valores existentes em contas bancárias de Sidnei Piva de Jesus, acionista e presidente do grupo no momento dos atos que levaram as empresas à quebra.

O magistrado aponta que há indícios de "confusão patrimonial" entre a Itapemirim e a empresa Piva Consulting LTDA.

Na mesma ação, o juiz autorizou o arrendamento de ativos da Itapemirim para a Transportadora Turística Suzano. "Visando, assim, a liquidação eficiente dos ativos do Grupo Itapemirim, em momento oportuno, resguardando os interesses da coletividade de credores", aponta a decisão.

ENTENDA

Apesar de estar em recuperação judicial desde 2016, o conglomerado lançou a companhia aérea ITA em maio de 2021. Em 17 de dezembro do mesmo ano, a empresa anunciou a suspensão das operações, informando que a paralisação era temporária para uma reestruturação interna.

Após os problemas no transporte aéreo, a Itapemirim anunciou também, no final de dezembro, que iria retirar linhas de ônibus e reduzir a quantidade de cidades atendidas em suas rotas rodoviárias.

Em janeiro, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) proibiu que a Itapemirim retomasse a comercialização de passagens aéreas.

Com informações da ABr

ELEIÇÕES 2022

Servidora que obteve liminar para suspender cassação de aposentadoria poderá concorrer a deputada estadual

Uma candidata a deputada estadual no Paraná que teve a candidatura questionada pelo Ministério Público Federal (MPF) conseguiu na Justiça o direito de concorrer ao cargo. O MPF havia alegado que ela se encontra inelegível em razão da cassação de sua aposentadoria do serviço público, situação que seria equiparável à demissão. Contudo, foi comprovado que há decisão judicial suspendendo os efeitos da Portaria que cassou a aposentadoria. O que a torna elegível.

Dessa forma, a juíza eleitoral Flávia da Costa Viana, do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, julgou improcedente Ação de Impugnação ao Registro de Candidatura proposta pelo MPF em desfavor de Aline Renee Benigno dos Santos (Professora Aline Renee). Ela concorre ao cargo pelo Partido dos Trabalhadores (Federação FE-BRASIL – PT/PC do B/PV). Também foi deferido o pedido de registro de candidatura.

A alegação do MPF que, conforme o artigo 1º, I, "o", da Lei Complementar nº 64/1990, são inelegíveis os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de oito anos, contado da decisão. Salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário.

Em defesa da candidata, o advogado goiano Sérgio Merola, do escritório Merola e Andrade Advogados, argumentou que, conforme se depreende do próprio texto do dispositivo citado pelo MPF, existe uma exceção: se o ato de demissão do servidor público, proferido em processo administrativo disciplinar, tiver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário. Justamente o que ocorreu no caso em questão.

O advogado esclareceu que a candidata obteve decisão judicial suspendendo os efeitos da Portaria que cassou sua aposentadoria. Dessa forma, e considerando que não houve nenhuma decisão em contrário que suspendesse os efeitos da tutela de urgência concedida em favor da requerida, não há nada que a desabone para ter o seu pedido de candidatura deferido.

Nesse mesmo sentido, a juíza eleitoral disse que a impugnada juntou em sua contestação decisão liminar proferida pelo Juízo da Justiça Federal do Distrito Federal, deferindo o pedido de antecipação de tutela para determinar a suspensão da eficácia do ato de cassação de sua aposentadoria.

Assim, enquadra-se à previsão expressa naquela norma no sentido de que a incidência da inelegibilidade é obstada em virtude da existência de decisão judicial anulando ou suspendendo os efeitos do ato sancionatório. Ressaltou, ainda, que a Súmula TSE nº 41 veda à Justiça Eleitoral "decidir sobre o acerto ou desacerto das decisões proferidas por outros Órgãos do Judiciário ou dos Tribunais de Contas" que possuam algum reflexo nas causas de inelegibilidade.

Dessa forma, disse a juíza eleitoral, conforme reconhecido pela Procuradoria Regional Eleitoral em sua manifestação final, a improcedência da impugnação é a medida que se impõe. Salientou, ainda, que "verifica-se que o pedido de registro veio instruído com a documentação exigida em lei e que Alien Renee Benigno do Santos está apta a concorrer ao cargo pretendido".

Com informações de Rota Jurídica

RECURSOS REPETITIVOS

STJ admite remição da pena para preso que não pôde estudar ou trabalhar na pandemia

O precedente qualificado deverá orientar os tribunais de todo o país na solução de casos idênticos

Fotos: divulgação

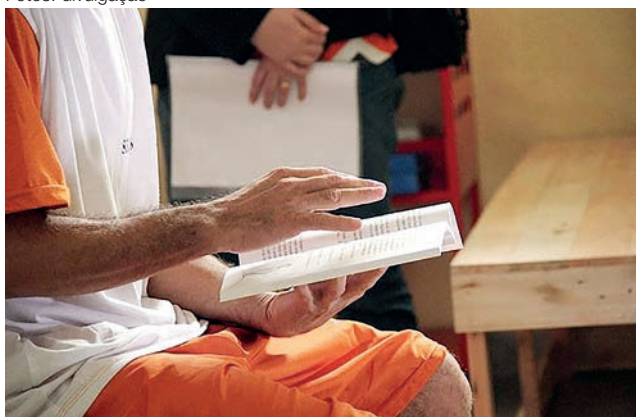
Da redação - Sob o rito dos recursos especiais repetitivos (Tema 1.120), a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu ser possível a remição parcial da pena para presos que, em razão da pandemia da Covid-19, ficaram impossibilitados de continuar o trabalho ou os estudos.

O julgamento trouxe nova interpretação do STJ para o artigo 126 da Lei 7.210/1984 (Lei de Execução Penal – LEP) nos casos envolvendo a hipótese excepcional da pandemia da Covid-19. O precedente qualificado deverá orientar os tribunais de todo o país na solução de casos idênticos.

Ao interpretar a norma, o STJ sempre entendeu que o fato de o Estado não proporcionar ao preso meios para trabalhar ou estudar não era motivo suficiente para reconhecer em seu favor a remição ficta da pena. No julgamento do recurso repetitivo, o relator, ministro Ribeiro Dantas, propôs que se fizesse uma distinção (distinguishing) entre essa hipótese consagrada na jurisprudência e os casos em que o Estado não pôde proporcionar meios de trabalho ou estudo devido à crise sanitária.

NEGAR REMIÇÃO DA PENA É MEDIDA INJUSTA

A tese firmada pelo colegiado diz: "Nada obstante a interpretação restritiva que deve ser conferida ao artigo 126, parágrafo 4º, da LEP, os princípios da individualização da pena, da dignidade da pessoa humana, da isonomia e da fraternidade, ao lado da teoria da derrotabilidade da norma e da situação excepcionalíssima da pandemia da Covid-19, impõem o cômputo do período de restrições sanitárias como de efetivo estudo ou trabalho em favor dos presos que já estavam trabalhando ou estudando e se viram impossibilitados de continuar seus afazeres unicamente em razão do estado pandêmico".

Segundo Ribeiro Dantas, a jurisprudência do STJ, "consolidada para um estado normal das coisas", não deve prevalecer na situação de uma pandemia com a dimensão da que aconteceu com o vírus da Covid-19. Ele acrescentou que o equilíbrio entre segurança jurídica e justiça em situação de normalidade não deve ser o mesmo em eventuais situações de "anormalidade".

Para o magistrado, negar aos presos que já trabalhavam ou estudavam antes da pandemia o direito de continuar a descontar sua pena seria "medida injusta", pois eles pertencem à mesma sociedade que, embora tenha sofrido com a crise sanitária, foi compensada com algumas medidas jurídicas.

Além disso – observou o relator –, tal negativa equivaleria a querer que o legislador tivesse previsto a pandemia como forma de continuar a remição, "o que é desnecessário ante o instituto da derrotabilidade da lei". Para a doutrina, derrotabilidade é a possibilidade de uma lei não ser aplicada diante de alguma situação excepcional, para privilegiar a justiça material, ainda que estejam presentes as condições para sua aplicação.

Em seu voto, Ribeiro Dantas observou que o artigo 3º da LEP estabelece que são assegurados ao condenado todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.

"Em outros termos, ressalvadas as restrições decorrentes da sentença penal e os efeitos da condenação, o condenado mantém todos os direitos que lhe assistiam antes do trânsito em julgado da decisão condenatória", acrescentou o ministro.

Para ele, diante do princípio da dignidade da pessoa humana, conjugado com os princípios da isonomia e da fraternidade, não é possível negar aos indivíduos que tiveram seu trabalho ou estudo interrompido pela superveniência da pandemia o direito de descontar parte da pena tão somente por estarem privados de liberdade.

"Não se observa nenhum discrímen legítimo que autorize negar àqueles presos que já trabalhavam ou estudavam o direito de remitir a pena durante as medidas sanitárias restritivas", afirmou.

No entanto, Ribeiro Dantas ressaltou que é preciso analisar caso a caso a situação dos presos. "Não se está a conferir uma espécie de remição ficta pura e simplesmente ante a impossibilidade material de trabalhar ou estudar. O benefício não deve ser direcionado a todo e qualquer preso que não pôde trabalhar ou estudar durante a pandemia, mas tão somente àqueles que já estavam trabalhando ou estudando e, em razão da Covid-19, viram-se impossibilitados de continuar com suas atividades", explicou.

Por fim, o magistrado lembrou precedente recente (HC 657.382), igualmente relacionado à execução penal, no qual a Sexta Turma reconheceu como cumprida a obrigação de comparecimento em juízo suspensa em virtude da pandemia, considerando desproporcional o prolongamento da pena sem que o apenado tivesse contribuído para isso.

Com informações do STJ

DANOS MORAIS COLETIVOS

Justiça homologa acordo do MP com influencer que zombou de vagas para autistas em shopping

Proposto pelo Ministério Público de Goiás (MPGO) e aceito pela influencer Larissa Heringer Rosa, foi homologado na terça-feira (20/9) pela Justiça o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP). No documento, ela se comprometeu, entre outras medidas, a pagar R$ 10 mil à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), a título de reparação de danos coletivos a pessoas do espectro autista e familiares.

Conhecida como Lari Rosa, a influencer publicou em seu perfil de rede social vídeo no qual criticava o direito de vaga especial para essas pessoas em um shopping da capital. Ela se desculpou posteriormente, dizendo que não teve intenção de ofender ninguém.

No ANPP, Larissa Rosa admitiu a prática de tal ato, previsto no artigo 88, parágrafo 2º, da Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), o qual define como crime "incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência", cuja pena prevista é de 1 ano de reclusão.

No documento, o promotor de Justiça Lauro Machado Nogueira observa que a realização do acordo de não persecução penal encerra, ao menos em tese, "minoração dos efeitos deletérios (nocivos) de uma sentença penal condenatória aos acusados em geral, que, dessa forma, teriam mais uma chance de evitar uma condenação judicial e os efeitos sociais prejudiciais de uma pena".

Ao aceitar o acordo, Lari Rosa comprometeu-se ainda a prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas, em local a ser indicado pelo Juízo da Execução, pelo período de 360 horas, sendo, no mínimo, 4 horas por semana.

Ela também deverá publicar em seu perfil no Instagram (na aba de Stories) uma retratação pública acerca do ocorrido, desculpando-se com todos aqueles que se sentiram ofendidos em razão de sua publicação. **MP-GO**

DANOS MORAIS

Motorista será indenizado por pernoites em condições inadequadas dentro de caminhão

A empresa, revendedora de colchões, afirmou que o motorista tinha boas condições para pernoitar com conforto e segurança durante as viagens e recorreu ao TRT-GO pedindo a reforma da sentença

Divulgação

Da redação - A Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO), por unanimidade, determinou o pagamento de indenização a um motorista anapolino, após a perícia concluir ter faltado condições adequadas para o trabalhador repousar durante as viagens interestaduais que fazia. Ficou constatado que o caminhão utilizado pelo autor não possuía condições ergonômicas mínimas ao devido descanso do trabalhador.

Inconformada com a decisão do juízo da 1ª Vara do Trabalho de Anápolis, a empresa, revendedora de colchões, afirmou que o motorista tinha boas condições para pernoitar com conforto e segurança durante as viagens e recorreu ao TRT-GO pedindo a reforma da sentença.

O motorista, por sua vez, destacou no processo que trabalhava em um caminhão modelo 16/20 Truck Mercedes Benz, ano 2006, em viagens de longa duração e que o veículo não possuía cabine leito. A empresa, segundo ele, não fornecia outra opção de pernoite e por isso era obrigado a dormir dentro do veículo nas viagens que fazia para os estados de São Paulo e Bahia, por exemplo.

SEGURANÇA DO TRABALHO

A relatora do processo, desembargadora Kathia Albuquerque, citou o artigo 235-D da CLT, que trata do repouso do empregado no veículo em viagens de longa distância. Segundo a relatora, a norma prevê a necessidade de assegurar-se condições adequadas para o efetivo gozo do referido repouso, sendo determinado expressamente o fornecimento de cabine leito, por exemplo.

"Dessa forma, em que pese o fato de dormir no caminhão não gerar, por si só, indenização por danos morais, por se tratar de ato lícito, entendo que, no presente caso, o repouso não era efetuado em condições adequadas, com violação ao art. 157, I, da CLT, que trata da observância às medidas de saúde e segurança do trabalho, e demais diplomas citados", ressaltou.

A desembargadora apontou que as viagens de longa distância eram frequentes, constando no processo que o motorista permanecia até 45 dias sem retornar para Anápolis, fazendo viagens aos estados de São Paulo, Bahia e outros. Assim, na falta de condições mínimas adequadas para o pernoite, a relatora entendeu que o trabalhador faz jus à indenização e manteve o valor arbitrado em R$ 8 mil.

TRT-GO

DIREITO

Defensoria atua em ações na Justiça para emissão de certidão de óbito tardia e de forma gratuita

De acordo com a Legislação Brasileira, a certidão de óbito deve ser registrada em até 24 horas após o falecimento do cidadão, podendo ter o prazo estendido para 15 dias ou três meses, no caso de lugares distantes da sede do cartório. Após esse prazo, o registro será feito somente judicialmente, por meio da ação judicial de registro tardio de óbito.

Porém, muitas pessoas não sabem dessa informação e pelo momento deliciado pela perda de um ente querido perdem o prazo para regularizar a certidão. Nesse sentido, a Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE-GO) avisa que tem atuado para garantir o registro tardio sem custos aos assistidos.

Esse foi o caso de uma família de Hidrolândia, que após 13 anos conseguiu o documento que comprova o óbito de um idoso que faleceu ainda em 2009. A busca, e homologação, da certidão tardia foi feita pelo filho durante ação itinerante da DPE-GO no município.

Na ocasião, o homem relatou que não buscou o cartório civil em tempo hábil para realizar a certidão pelo fato de desconhecer o prazo previsto em lei para registro do óbito, além do estado de choque pela perda.

Ele conta que chegou a levar a documentação ao cartório, fora do prazo legal, e foi orientado a procurar uma assistência jurídica para conseguir fazer o registro. No entanto, como ele não tinha condições financeiras para contratar um advogado, somente pode ter acesso jurídico solicitando o documento a partir do Defensoria Itinerante realizado em Hidrolândia.

O pedido ao juízo para a emissão de certidão foi realizado no dia 22 de fevereiro e o deferimento ocorreu em 7 de abril.

DOCUMENTO FUNDAMENTAL

Segundo a defensora pública-geral para Assuntos Institucionais, Débora Vidal, a certidão de óbito é fundamental para comprovar o falecimento e indispensável no ato de solicitações de benefícios, como pensão por morte e seguro de vida. "Além disso, ela é requerida para dar entrada em inventário ou acessar o direito de usufruto e possibilitar novo casamento à parte viúva", explica.

GRATUIDADE

Segundo Débora Vidal, para iniciar o processo de registro tardio de óbito tardia pela Defensoria Pública, é necessário buscar uma unidade da DPE-GO, ou atendimento itinerante da Instituição, e levar toda documentação que comprove o óbito, além de justificar porque não foi possível fazer o registro de óbito no prazo da lei. O processo será feito de forma gratuita.

Com informações da DPE-GO

50 HORAS SEM LUZ

Justiça condena Enel a pagar indenização de mais de R$ 12 milhões por apagão em Minaçu em 2019

Ação civil pública (ACP) proposta pelo Ministério Público de Goiás (MPGO) foi julgada parcialmente procedente pela Justiça e resultou em condenação da Enel Distribuição Goiás ao pagamento de uma indenização no valor de R$ 12.808.000,00 por danos morais coletivos, devido a um apagão registrado no fornecimento de energia elétrica aos moradores de Minaçu, no Norte goiano. O fato ocorreu no dia 20 de janeiro de 2019.

Na ocasião, a população passou mais de 50 horas sem o serviço, que é considerado essencial. A falha se deu em virtude de defeito nas instalações e equipamentos, sendo que, à época, não havia peças e maquinários substitutos adequados e acessíveis.

A indenização deverá ser paga na proporção de R$ 1 mil para cada unidade consumidora, valor corrigido retroativamente à data do fato. O montante deverá ser revertido mediante lançamentos nas notas fiscais ou faturas de energia das unidades consumidoras de Minaçu afetadas pelo apagão.

PROBLEMAS RECORRENTES

A ação civil pública foi proposta, à época, pelo promotor de Justiça Darkson Moreira Albuquerque, tendo ele relatado que, desde 2015, inúmeros problemas no fornecimento de energia vinham sendo constatados no município, tanto na zona urbana quanto na rural, causando inúmeros prejuízos aos consumidores, em especial idosos, crianças, comércio e setor de saúde. Segundo o promotor, o que se espera é que a empresa preste serviços de energia elétrica de modo eficiente, regular e contínuo, pondo fim às oscilações, interrupções e quedas.

Diante do exposto e do que foi pedido pelo MP, a Justiça determinou que a Enel Goiás providencie reparos para que o fornecimento de energia em Minaçu seja equiparado no mínimo aos índices DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), expresso em horas e centésimos de horas, e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) conforme indicador de desempenho da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A Enel Goiás ocupa hoje o penúltimo lugar no ranking de Indicador de Desempenho Global de Continuidade.

MP-GO

DIREITO ELEITORAL

Presidente do TRE, advogado Danúbio Remy e juiz Márcio Moraes fazem palestras

Os eventos serão realizados no Auditório do Ipog, na Avenida T-1, no Setor Bueno, em Goiânia, às 19 horas

Divulgação

Itaney Francisco Campos, Danúbio Remy e Márcio Moraes

Da redação - O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, desembargador Itaney Francisco Campos, o advogado Danúbio Cardoso Remy e o juiz do TRE-GO e ouvidor regional eleitoral Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior fazem palestras, hoje, sexta-feira (23), sobre temas ligados ao Direito Eleitoral. Os eventos serão realizados no Auditório do Ipog, na Avenida T-1, no Setor Bueno, em Goiânia, às 19 horas.

O advogado Danúbio Remy, que atua no Direito Eleitoral de Goiás e de Brasília, vai falar sobre a "Prestação de Contas e o direito ao governante honesto", considerado tema inovador e em discussão em teses de mestrado.

Danúbio Remy é mestre em Ciência do Direito, especialista em Direito Público pela Universidade Federal de Goiás e em Direito Eleitoral pela Faculdade de Cândido Mendes do Rio de Janeiro. Sua atuação jurídica abrange as áreas do Direito Público e Eleitoral. Egresso na Universidade Federal de Goiás, é membro efetivo da advocacia autárquica do Estado de Goiás.

O profissional foi considerado o advogado mais admirado do Direito Eleitoral de Goiás por duas vezes, o eleitoralista ficou em 1º lugar na 12ª Edição do Prêmio Os Mais Admirados do Direito em Goiás. Além disso, em 2022 Danúbio alcançou ainda o apontamento entre "Os advogados Mais Admirados de Goiás" municipalistas, em Direito Público, Direito Administrativo e de Direito em Defesa Pública.

FAKE NEWS

O juiz do TRE-GO e ouvidor regional eleitoral Márcio Moraes Júnior vai falar sobre o fake news e o papel dos influenciadores digitais. Ele é formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, especialista em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes (RJ), cursa Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial na PUC-GO. Foi Pesquisador do Observatório das Metrópoles – Núcleo Goiânia, do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – INCT/CNPq.

Membro da Comissão de Direito Imobiliário e Urbanístico da OAB/GO, foi também Membro Consultor da Comissão Especial de Direito Imobiliário e Urbanístico do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil na gestão 2013/2016, Coordenador do Fórum Permanente dos Advogados do Secovi/GO, Assessor Jurídico da Associação dos Desenvolvedores Urbanos do Estado de Goiás e Árbitro da 2a Câmara de Conciliação e Arbitragem de Goiânia, além de Membro do Conselho Tributário Fiscal do Município de Goiânia. Atua ainda como professor no Ipog e Senai.

Participou da elaboração do Plano Diretor das cidades de Goiânia, Trindade, Aparecida de Goiânia, entre outras. Também fez parte na elaboração de Códigos de Parcelamento de Solo, Meio Ambiente e de Posturas, assim como Leis de Drenagem Urbana e Outorga Onerosa de Goiânia.

CONFIABILIDADE DO PROCESSO ELEITORAL

O presidente do Tribunal Eleitoral de Goiás vai abordar o tema Confiabilidade do Processo Eleitoral Brasileiro. Ingressou na Magistratura estadual no ano de 1982. Promovido por merecimento para a Comarca de Goiânia em 1992, ascendeu ao Tribunal de Justiça, como desembargador, em 2008. É membro da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça. É Presidente da Comissão Permanente de Memória e Cultura do Poder Judiciário do Estado de Goiás.

Com informações de Rota Jurídica

PL 1410/22

Projeto cria seguro obrigatório para indenizar desastres causados por chuvas

Imagem ilustrativa

O Projeto de Lei 1410/22 cria o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais e Materiais, para indenização de prejuízo causado por desastre natural relacionado a chuvas. O texto em análise na Câmara dos Deputados prevê que a cobrança do seguro se aplicará a todo imóvel residencial localizado em área urbana ou rural.

Conforme a proposta, o prêmio anual (preço pago pelo segurado) será baseado em alíquota previamente definida sobre o valor de venda do imóvel. Essa alíquota deverá ser maior nas áreas indicadas no plano diretor municipal como mais suscetíveis à ocorrência de deslizamentos, inundações ou processos correlatos.

Ainda segundo o texto, o imóvel ocupado exclusivamente por morador de baixa renda terá alíquota reduzida. Já aquele ocupado por família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) cuja renda familiar mensal per capita seja inferior ou igual a 0,5 salário mínimo (R$ 606 hoje) será isento do prêmio.

COBERTURAS

Os danos pessoais cobertos pelo seguro compreenderão indenizações por morte ou invalidez permanente (total ou parcial). O pagamento dos danos materiais será efetuado mediante comprovação de moradia no local afetado pelo desastre e do eventual prejuízo, mediante laudo técnico de profissional habilitado.

Não haverá indenização quando houver recusa injustificável para desocupação do imóvel em área de risco depois de notificação da Defesa Civil. Além disso, para viabilizar a realocação de pessoas que vivem nesses locais, o texto destina parte da arrecadação ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

"Desastres naturais têm sido cada vez mais frequentes e severos em decorrência das mudanças climáticas, com danos humanos, materiais e ambientais", afirmou a autora da proposta, deputada Tabata Amaral (PSB-SP). "Representam elevado custo econômico, que se soma ao sofrimento pela perda de vidas", continuou.

TRAMITAÇÃO

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Agência Câmara de Notícias

RASTREIO DA VERSÃO DIGITAL

PUBLICIDADE LEGAL

(62) 3249-8883 - EDITAIS@GAZETADOESTADO.COM.BR

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL
CONFORME LEI 13.818/2019

VERIFICAÇÃO
ACESSE: VERIFICADOR.ITI.GOV.BR

Ocident Investimentos Imobiliários LTDA. CNPJ: 12.427.568/0001-72 torna público que requereu junto a Secretaria Municipal De Meio Ambiente de Cidade Ocidental, SMMA/CO, a Licença De Instalação para Loteamento Denominado Royal Park Ocidental, localizado na SQ 08, Qd. 1,2,3,4,5,6, Cidade Ocidental-GO.

AMERICAN ARMAZENS GERAIS LTDA, sob CNPJ Nº 00.387.568/0001-07 torna público que REQUEREU junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio Verde – SEMMA, a LICENÇA DE INSTALAÇÃO, para o empreendimento com atividade emArmazéns Gerais – emissão de warrant, com área construída/utilizada 5.647,34 m². Localizado na Rod. BR 174 KM 24 à esq. 18 Km, Zona Rural, Rio Verde – GO.

AMERICAN ARMAZENS GERAIS LTDA, sob CNPJ Nº 00.387.568/0001-07 torna público que REQUEREU junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio Verde – SEMMA, a LICENÇA DE OPERAÇÃO, para o empreendimento com atividade emArmazéns Gerais – emissão de warrant, com área construída/utilizada 5.647,34 m². Localizado na Rod. BR 174 KM 24 à esq. 18 Km, Zona Rural, Rio Verde – GO.

MARANATA LATAS, PECAS E ACESSORIOS LTDA, CNPJ/CPF n° 08.751.958/0001-26, torna público que está requerendo da Agência Municipal do Meio Ambiente - AMMA de Goiânia a Renovação da Licença Ambiental de Operação N° 012/2021, Processo N° 70961247 para a seguinte atividade: DESMANCHE DE VEICULOS - comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores. Empresa localizada na Avenida das Bandeiras, Número 408, Quadra 16, Lote 14, Vila Mauá, CEP: 74.323-100, Goiânia-GO.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°.036/2022

O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO NOVO DESTINO – GO, torna público aos interessados que fará realizar em sua sede, localizada a Rua Lavrinha, s/n°, Centro, em Santa Rita do Novo Destino – GO, no dia 05 de outubro de 2022, as 10h30min, licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo MENOR PREÇO GLOBAL para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONCERTO, COMPREENDENDO MAO DE OBRA E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, DO MOTOR DA RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416 E, DE USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO NOVO DESTINO. O Edital está disponível junto a C.P.L. no endereço acima mencionado e no site www.santaritadonovodestino.go.gov.br. Informações complementares no endereço acima ou pelo telefone (62) 3394-0076. Santa Rita do Novo Destino- GO, 22 de setembro de 2022.

MARCOS ANTONIO RIBEIRO TORRÊ - Presidente CLP

IAGO ARAUJO CARNEIRO – CARRETAS LAVAGEM E SERVIÇOS LTDA, inscrito no CNPJ 33.909.655/0001-36, torna público que, RECEBEU DA SEMMA – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE CORUMBAIBA A LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA, para atividade de serviço de lavagem, lubrificação e polimento de veiculos automotores - lava jato, com sede administrativa Avenida Goiânia, nº101, Setor Industrial, Corumbaíba Goiás. LICENÇA Nº 0014/2022. PROCESSO Nº 969/2022.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO N° 4257/2022 - PREGÃO PRESENCIAL N° 035/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO NOVO DESTINO/GO, inscrita no CNPJ sob n°, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar-se em sua sede administrativa, situada na Rua Lavrinha, s/n°, Centro, Santa Rita do Novo Destino/GO – CEP: 763.395-000, LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, às 09H 00MIN do dia 05 DE OUTUBRO DE 2022, referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇO ARTESIANO COM INSTALAÇAO DE BOMBA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO NOVO DESTINO/GO O Edital encontra-se junto ao site do município através do endereço eletrônico >http://www.santaritadonovodestino.go.gov.br/< ou pelo telefone (62) 3394-0076. Santa Rita do Novo Destino/GO, 22FD de setembro de 2022. Atenciosamente,

MARCOS ANTONIO RIBEIRO TORRE - Pregoeiro Municipal

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PUBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO INTEGRADA
GERÊNCIA COMPRAS GOVERNAMENTAIS
AVISO DE LICITAÇÃO

A Secretaria da Segurança Pública torna público a realização de procedimento licitatório, em sessão pública, na modalidade Tomada de Preços 035/2022, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada na realização de obras e serviços de engenharia visando a construção da unidade Bombeiro Militar no município de São Simão. As propostas e documentos serão recebidos presencialmente no Auditório da SSP/GO, situado na Av. Anhanguera, nº 7.364, Setor Aeroviário, Goiânia-GO, no dia 18/10/2022 às 09h (Horário de Brasília), conforme especificações e normas contidas no Edital e seus Anexos, disponíveis no site **www.seguranca.go.gov.br**.

Iris Pereira da Silva Arruda – Presidente da CPL/SSP

OPEN BEER MICROCERVEJARIA LTDA, CNPJ 29.907.267/0001-49, torna público que requereu da Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA) a Licença Ambiental de Operação (LO), para a atividade de fabricação de cervejas e chopes, situado na Rua 03, Qd. D, Lt. 12, CEP 74.665- 836, Chácara Retiro, Goiânia -GO.

AVISO DE SUSPENSÃO SINE DIE DO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2022 – IQUEGO
PROCESSO N° 202200055000266

A **INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A - IQUEGO**, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria n.º 016/2022 – PRESI, torna público, para conhecimento dos interessados, a SUSPENSÃO SINE DIE do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2022 – IQUEGO, destinado ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GESTÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E AQUISIÇÃO DA SOLUÇÃO DE ECM/BPM, COM CARIMBO DO TEMPO ACT ICP BRASIL PARA A INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A – IQUEGO, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO**, para adequação do Edital e seus anexos. O novo edital será republicado tão logo as alterações sejam promovidas, reiniciando-se o prazo de publicidade inicialmente estabelecido.

Halis Humberto Afonso Siqueira
Pregoeiro – IQUEGO
Portaria nº 016/2022 - PRESI

AVISO DE ANULAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2022

A Indústria Química do Estado de Goiás S/A – IQUEGO, torna público a anulação do Pregão Eletrônico nº. 005/2022. Processo nº. 202200055000198. Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia elétrica e civil para a Construção de uma Subestação de Energia Elétrica Abrigada Para Área Produtiva da IQUEGO, visando à execução do Convênio nº 787297/2013, firmado entre a IQUEGO e o Ministério da Saúde, conforme especificações do Termo de Referência e anexos do edital, em face dos elementos constantes no presente processo administrativo, e nas observações exaradas pela Assessoria de Auditoria Interna, através do Parecer nº 208/2022-AAI e pela Assessoria Jurídica, através do Parecer nº 32/2022-AAI, diante dos vícios apontados nos Pareceres retro mencionados, concedendo ao licitante interessado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para exercício do direito ao contraditório e a ampla defesa nos termos do Art. 62 § 3º da Lei Federal nº. 13.303/2016.

Goiânia, 21 de setembro de 2022.
José Carlos dos Santos
Diretor Presidente

PREGÃO PRESENCIAL Nº026/2022 SRP 012/2022

MODALIDADE: **PREGÃO PRESENCIAL Nº026/2022 SRP 012/2022**
DATA DE ABERTURA: 06 de Outubro de 2022. Horário: 09h00min.
Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE: MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ÁGUA E ESGOTO,** EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DO DIRETOR DE ENGENHARIA, CONFORME ESPECIFICADO NO **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I.** O Edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações do DEMAE ou pelo site: https://www.demae.go.gov.br/pregao-presencial/. Informações adicionais podem ser obtidas junto à comissão permanente de licitações através dos telefones (64) 3454-7400 ou (64) 3454-7432 ou pelo email licitacao@demae.com.br.

Caldas Novas, 22 de Setembro de 2022.
FERNANDA CRISTE PEREIRA DE ARAUJO
PREGOEIRA

Tamboril Energética S/A. CNPJ/MF nº 14.897.684/0001-80 – NIRE 52.300.014.956. **Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de agosto de 2022, 09:00 horas – Certidão** Junta Comercial do Estado de Goiás. Certifico o registro em 01/09/2022, 16:08 horas, sob nº 20221395130. Protocolo: 221395130 de 15/08/2022. Paula Nunes Lobo Veloso Rossi – Secretária Geral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de Goiás - Comarca de Alexânia
REGISTRO DE IMÓVEIS, REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS E CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E DE INTERDIÇÕES E TUTELAS
Kênia Garcia Bento Torquato - Oficial Interina
Rua 17, Qd 48, Lt 13 Sl 01, Centro - Alexânia/GO
Fone: (62) 3336-3138 / 3336-5158
e-mail: atendimento@cartorioalexania.com.br

Edital
Incorporação Imobiliária – Condomínio Grand Diamond

A Oficial Interina do Registro de Imóveis da Comarca de Alexânia-GO, nos termos do Art. 19, da Lei Federal 6.766/79, bem como Art. 32, §3°, da Lei Federal 4.591/64 e Lei Municipal 18.B/2016, da Comarca de Alexânia-GO, publica: **GRAND DIAMOND EMPREENDIMENTOS LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 41.837.604/0001-74, com sede na Rua Copaiba, Lote 01, Torre D, Apt. 2315, Parte A, Aguas Claras-DF, neste ato representada por seu representante legal, **ALESSANDRO DE OLIVEIRA PÓVOA,** brasileiro, solteiro, empresário, portador da CI nº 1237857 SSP/DF e do CPF nº 610.127.261-34, **requereu ao Registro de Imóveis desta Circunscrição de Alexânia-GO o registro da Incorporação Imobiliária** visando o compromisso e a efetivação de frações ideais do terreno objetivando a vinculação de tais frações a unidades autônomas em edificações a serem construídas ou em construção sob o regime condominial, ou que meramente aceite propostas para efetivação de tais transações (art.29 da Lei Federal 4.591/64), com a futura Instituição do "CONDOMÍNIO GRAND DIAMOND", composto 526 (quinhentas e vinte e seis) unidades autônomas, numerados em subdivisões das quadras, a saber: **Qd. 01**, **Lotes 01 a 17; Qd.02**, **Lotes 01 a 17 Qd. 03, Lotes 01 a 18; Qd.04, Lotes 01 a 21, Qd.05, Lotes 01 a 24, Qd.06, Lotes 01 a 25, Qd.07, Lotes 01 a 17, Qd.08, Lotes 01 a 13, Qd.09, Lotes 01 a 36, Qd.10, Lotes 01 a 27, Qd.11, Lotes 01 a 56, Qd.12, Lotes 01 a 10, Qd.13, Lotes 01 a 16, Qd.14, Lotes 01 a 56, Qd.15, Lotes 01 a 15, Qd.16, Lotes 01 a 19, Qd.17, Lotes 01 a 06, Qd.18, Lotes 01 a 09, Qd.19, Lotes 01 a 03, Qd.20, Lotes 01 a 41, Qd.21, Lotes 01 a 12, Qd.22, Lotes 01 a 08, Qd.23, Lotes 01 a 10, Qd.24, Lotes 01 a 09 Qd.25, Lotes 01 a 10 Qd.26, Lotes 01 a 06, Qd.27, Lotes 01 a 06, Qd.28, Lotes 01 a 19;** perfazendo o total de área privativa de **563.786,13m²**, área total de uso comum de **29.151,06m²,** sistema viário de **118.967,35m²**, Área Verde de **67.797,75m²** e Área de Preservação permanente de **119.468,03m²,** totalizando o empreendimento em **899.170,32m²,** no imóvel denominado "Fazenda Matas e Olarias", neste Município, matriculado sob n° 26.084, deste CRI, nos termos da Lei 4.591/64 c/c 6.766/79, Lei Municipal n° 18-B/2016 e demais legislações atinentes à espécie, autorizado pelo **DECRETO n° 118 de 22 de Julho de 2022,** que dispõe acerca de Condomínio Urbanístico de Unidades com Gestão Autônomas. O Empreendimento está localizado na Zona Especial de Interesses Turísticos e Ambientais (ZEITA) do Município de Alexânia-GO. A documentação encontra-se à disposição e disponibilizada aos interessados na sede do Registro de Imóveis desta Comarca de Alexânia-GO, na Rua 17, Qd.48, Lote 13, Sala 07, Térreo, Centro. Alexânia - GO, 20/09/2022. Kênia Garcia Bento Torquato – Oficial Interina.

TEIXEIRA MENDES CONTA

Dois portugueses assaltaram um carro-forte e cada um levou um malote fechado.

Meses depois eles se encontraram:

- Ô, Manoel! Tinha muito dinheiro no seu malote?

- Quase nada!! Oitocentos reais e alguns cheques pré-datados! E no seu????

- Nem te conto!! Estava repleto de notas promissórias. Acabei de pagar a última ontem!!

GASTRONOMIA

Frango frito crocante

Como fazer frango frito crocante, empanado com flocão de milho, sequinho e muito bem temperado: aprenda a receita feita com sobrecoxa e coxa de frango

INGREDIENTES

- 5 dentes de alho picados
- 2 colheres de sopa de pimenta-caiena em pó
- 6 colheres de sobremesa de sal
- 6 coxas de frango
- 6 sobrecoxas de frango
- 500 gramas de farinha de trigo
- 3 colheres de sopa de pimenta-calabresa seca
- 4 ovos
- Um quarto de xícara de chá de água
- 500 gramas de farinha de milho flocado
- 400 gramas de cereal de milho triturado
- Óleo suficiente para fritar

MODO DE PREPARO

1 Em um recipiente, coloque 5 dentes de alho picados, 2 colheres de sopa de pimenta-caiena em pó e 3 colheres de sobremesa de sal. Misture.
2 Tempere 6 coxas e 6 sobrecoxas de frango com a mistura. Reserve por 30 minutos.
3 Coloque 500 gramas de farinha de trigo em um recipiente e misture 3 colheres de sopa de pimenta-calabresa seca e 3 colheres de sobremesa de sal.
4 Em um recipiente, coloque 4 ovos batidos e um quarto de xícara de chá de água. Misture.
5 Passe o frango na farinha de trigo e depois na mistura de ovos.
6 Em seguida, passe o frango na farinha de milho flocada e molhe na mistura de ovos novamente.
7 Cubra o frango com cereal de milho triturado e frite em óleo quente. Escorra no papel-toalha e sirva em seguida com o molho de sua preferência.

resumo de novelas

A Favorita

Zé Bob aborda Baiano sobre o crime no galpão, mas o vigia não quer falar sobre o assunto. Zé Bob insiste, mas Baiano pede para o jornalista não procurá-lo mais, já que quase levou a pior depois que uma moça foi falar com ele. Zé Bob descobre que o vigia está se referindo a Maíra e se dá conta de que a amiga foi assassinada por Flora. Baiano liga para Dodi e conta que Zé Bob esteve no armazém. Dodi pressiona Flora e diz que é preciso dar um fim em Zé Bob. Flora concorda, mas pede mais tempo. Leo fica chocado com o passado de Stela.

Mar do Sertão

Candoca discute com José, e Tertulinho fica satisfeito. Tomás se compadece da frustração de Rosinha em relação a seu sonho de estudar. Maruan explica a Tomás como ajudará Rosinha a estudar. Timbó repreende a aproximação entre Tomás e Rosinha. Deodora aprova a organização de Lorena para a festa. Tertulinho compra o anel de Latifa de Vespertino. Mirinho se interessa por Laura, e Cira debocha do amigo. Candoca se surpreende com a festa-surpresa de suas bodas de casamento com Tertulinho. Nivalda percebe que Candoca não gostou da surpresa de Tertulinho. Sabá Bodó acompanha a transmissão.

Cara e Coragem

Rico confirma a Pat que ela e Lou são irmãs. Moa, Alfredo e Armandinho também ficam chocados com a revelação. Anita descobre que Leonardo se hospedou com um nome falso em um hotel barato no dia da morte da irmã. Cleide descobre que Renan é o pai do filho que Ísis está esperando. Renan obriga Lucas a levá-lo ao hospital onde Lou está internada. Dagmar se desespera ao ser chamada para ir à delegacia. Pat enfrenta Joca e exige explicações do pai. O médico anuncia que a cirurgia de Lou foi um sucesso, mas seu estado ainda é grave.

Poliana Moça

Vinícius fica preocupado com a comunidade, já que está infectado e teve contato com pacientes da região. Celeste fica chateada porque não tem plano de saúde. Otto fala para Poliana que é melhor ela passar uns dias na casa da tia Luísa até ele se recuperar do Heptavírus. Pinóquio vai até a casa de Otto, observa Poliana colocando as bagagens no porta-malas do carro. Enquanto ela se afasta do veículo, Pinóquio entra pelo porta-malas e se esconde no automóvel. Pinóquio fica cara a cara com Poliana.

Pantanal

José Lucas diz a Irma que talvez ela não esteja pronta para esquecer Trindade. Juma ameaça Jove, diante da insistência do marido de tirá-la da tapera. Mariana fica desesperada ao concluir que o filho de Irma nascerá antes da hora. Juma tem sua filha com a ajuda do Velho do Rio. Juma avisa a Jove que ficará na tapera com a filha. Irma afirma a José Lucas que o filho dela só nascerá com a presença do pai. Eugênio tem a impressão de ter visto Trindade em sua chalana. Irma tem uma visão com Trindade, que liberta o filho de qualquer vínculo e o entrega nos braços de Irma. Filó fica perplexa ao saber por Irma que Trindade fez seu parto. Trindade diz a José Lucas que seu caminho é viver ao lado de Irma.

HORÓSCOPO

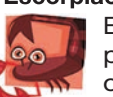
Áries *(21 mar. a 20 abr.)*
Dia de Lua minguante, que favorece a resolução de pendências, especialmente aquela vinculadas aos relacionamentos. O momento envolve muita força de vontade e resiliência para superar dificuldades, mas exige desapego. Questões materiais e emocionais pedem solução.

Touro *(21 abr. a 20 mai.)*
Relacionamentos se abrem a novas possibilidades que ampliam os seus horizontes emocionais, taurino. A fase lunar minguante é positiva para resolver pendências de trabalho e financeiras. O momento envolve maior consciência do que você precisa deixar para trás.

Gêmeos *(21 mai. a 20 jun.)*
Dia marcado pela fase lunar minguante; tempo oportuno para observar e corrigir suas atitudes. Momento em que você percebe a necessidade de resolver pendências nos relacionamentos e parcerias. Boa fase para mudar hábitos.

Câncer *(21 jun. a 21 jul.)*
O astro regente canceriano, a Lua, entra agora na fase minguante; período mais reflexivo e observador. Momento em que você pode resolver pendências ligadas a casa, imóveis e família. Fase positiva para perceber as alterações em termos de trabalho e de saúde.

Leão *(22 jul. a 22 ago.)*
O desejo de implementar mudanças em situações relacionadas à vida pessoal marca o atual momento. O período é positivo para conversas esclarecedoras e para colocar pontos finais em certas questões. Evite dívidas ou empréstimos.

Virgem *(23 ago. a 22 set.)*
O inicio de semana é marcado pela Lua minguante; fase oportuna para observar erros e acertos do atual ciclo. Desafios envolvendo as finanças, os relacionamentos e a vida amorosa. Bom período para investir em conhecimentos que lhe capacitem aos desafios.

Libra *(23 set. a 22 out.)*
É em seu signo que ocorre hoje a Lua minguante, um indício de finalizações e resolução de pendências. Hora de perceber seus padrões emocionais e mentais e de não mais repeti-los. A fase é importante para decisões materiais que tenham influência ao longo do ano.

Escorpião *(23 out. a 21 nov.)*
Energia para empreender novos objetivos, especialmente se há paixão neles. Iniciativas e determinação. A fase lunar minguante pede que você reflita sobre os relacionamentos e as questões espirituais da vida.

Sagitário *(22 nov. a 21 dez.)*
Ações nos bastidores podem ter grande impacto nesse momento. Hora de um ajuste de contas emocional. A Lua minguante pede a resolução de situações que envolvem amigos, instituições e projetos futuros. Deve agir com maturidade, cortando o que está lhe prejudica.

Capricórnio *(22 dez. a 20 jan)*
É no setor de carreira que temos hoje a Lua minguante, pedindo a resolução de questões profissionais. É importante estar atento a parcerias e contratos de trabalho. Cuidado com conflitos hierárquicos. Empreendimentos e negociações envolvendo empresas.

Aquário *(21 jan. a 19 fev.)*
Momento importante para resolver pendências relacionadas a papéis, documentos, estudos ou viagens. Período caracterizado por uma importante mudança emocional, material ou profissional. Excelente momento para resolver situações que vêm se arrastando.

Peixes *(20 fev. a 20 mar.)*
Fase delicada para questões emocionais, ligadas à sexualidade, à intimidade e aos negócios. É importante eliminar comportamentos nocivos, que refletem antigos padrões emocionais. Se você não faz os cortes necessários, a vida fará por você.

QUADRINHOS

Calvin

BESTEIROL DO SEU DEDÉ

Minha namorada nem é gente. Não mesmo, ela nem existe.

PASSATEMPO

PROBLEMAS DE LÓGICA

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL

Resolva o passatempo, preenchendo o quadro. Coloque S (sim) em todas as afirmações e complete com N (não) os quadrinhos restantes (veja o exemplo). Para isso, use sempre a lógica, a partir das dicas.

Viagens inesquecíveis

Cláudia e outras duas mulheres esperaram muito, mas finalmente fizeram cada qual sua viagem dos sonhos. A partir das dicas dadas abaixo, descubra o nome de cada mulher, a cidade que visitou e sua companhia na viagem.

1. Uma das mulheres foi conhecer Nova York com uma amiga.
2. Cláudia fez uma viagem inesquecível na companhia do marido.
3. Heloísa foi a Roma.

		Nova York	Paris	Roma	Amiga	Filha	Marido
Nome	Cláudia						
	Emília						
	Heloísa						
Companhia	Amiga	S	N	N			
	Filha	N					
	Marido	N					

Nome	Cidade	Companhia

4

Solução

		Nova York	Paris	Roma	Amiga	Filha	Marido
Nome	Cláudia	N	S	N	N	N	S
	Emília	S	N	N	S	N	N
	Heloísa	N	N	S	N	S	N
Companhia	Amiga	S	N	N			
	Filha	N	N	S			
	Marido	N	S	N			

Nome	Cidade	Companhia
Cláudia	Paris	Marido
Emília	Nova York	Amiga
Heloísa	Roma	Filha